

# COMUNICAÇÃO E COGNIÇÃO

## Discurso (Re)portado ou (Re)construído?

Luiz Fernando Matos Rocha\*

- Questionamento das noções tradicionais sobre o discurso reportado, que se configura como um repertório lingüístico disponível para a reconstrução do discurso de outrem, prática jornalística diária. As construções de discurso reportado recriam e não reproduzem a voz das fontes de informação por razões cognitivas e pragmáticas.

> Discurso Reportado - Comunicação - Cognição

### 1. O disse-me-disse institucionalizado

Tudo pode ser movido de um lugar para outro  
sem ser alterado, exceto o discurso.

PROVÉRBIOS SENEGALÊS

Muito freqüentemente, podemos nos pegar dizendo: “Ele falou...”, “Deu no repórter que...”, “Li na revista que...”, “Você estava dizendo...”, etc. São expressões corriqueiras e variadas as quais sinalizam que estamos nos reportando a um discurso já emitido. Tradicionalmente, denominam-se discurso reportado, através do qual o narrador, segundo a Gramática Normativa, desempenha a função de indicador de falas. De fato, o discurso direto (e.g. *Carlos falou “vamos lá”*) e o indireto (e.g. *Maria disse que vendeu a casa*) têm função muito mais ampla (Matos-Rocha 2004, 2001). Nas conversas do dia-a-dia, são usados não só para reportar o disse-me-disse como também para sustentar a credibilidade daquilo que se afirma. O ato de reiterar o

---

\* Doutor em Lingüística (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras (Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF). rochalfm@oi.com.br

que já foi proferido consolida a verossimilhança do discurso na argumentação. Trata-se de um recurso sociocognitivo, difundido cotidianamente na interação conversacional.

O discurso científico reveste tal estratégia lingüística com o verniz da erudição. Faz dela exigência metodológica para as pesquisas. Não há investigação científica sem o cientista partir de pressupostos teóricos basilares para constituir suas hipóteses. Para não se perder em “achismos”, o pesquisador replica a voz de outros estudiosos na sustentação de suas afirmações. O discurso reportado também se propõe a consolidar as teses do pesquisador.

O discurso jornalístico “profissionaliza” o discurso reportado. Faz dele um instrumento para produzir notícia, composta não só de relatos de acontecimentos, mas também de reconstruções de discursos já ditos. A rede de construções gramaticais de discurso reportado, lingüisticamente disponível, está para o jornalista assim como o pincel está para o pintor. O profissional de comunicação faz uso do discurso reportado para proporcionar autenticidade e credibilidade à sua narrativa, características já observadas no discurso oralmente reportado.

## **2. Linguagem: “máquina do tempo”**

Seja em que ambiente discursivo for, mover discursos significa alterar discursos. Kupfer (1997), por exemplo, tenta esclarecer que Freud não pretendeu descrever o “desenvolvimento emocional da criança”. No entanto, a autora admite que a teoria freudiana está assim identificada em nosso meio. Ela observa:

Naturalmente, deve-se esperar que em toda divulgação de idéias haja uma perda de exatidão. Um corpo que se desloca acaba por perder aceleração em decorrência da ação do atrito. Embora natural, tal constatação não deve impedir-nos de tentar resgatar a exatidão (Kupfer, 1997, p. 64).

Uma tentativa de solução para esta árdua e talvez impossível tarefa, a de “tentar resgatar a exatidão”, é fazer uso da linguagem escrita ou falada, que se opera tendo como pano de fundo processos cognitivos complexos que permitem a realização de projeções mentais

(Fauconnier, 1994, 1997). Afinal, somos capazes de falar sobre passado e futuro, de modo certamente precário, embora, é claro, cronologicamente estejamos vivendo sempre no presente. De fato, os eventos só podem ser recuperados ou previstos em nível mental, ao mesmo tempo em que podem ser escritos ou falados. Para tanto, o uso corrente da linguagem, aqui metaforizada como “máquina do tempo”, não é suficiente para se ter acesso à realidade. Não há como apontar diretamente para ela sem o “filtro” da cognição do observador (Maturana, 2001).

Nem a invenção do gravador inibe a alteração discursiva. Segundo Tannen (1989), americanos (e por que não brasileiros?) assumem que, quando as citações são atribuídas a outros, as palavras reportadas representam, portanto, mais ou menos o que foi dito, e o falante está sendo um canal neutro de informação objetivamente real. Entretanto, a autora alerta:

Dizer que discursos citados não têm o significado que parecem ter no ato de reportar não é dizer que determinada citação não foi proferida pelo falante a quem ela é atribuída. Minha alegação seria abalada por uma gravação ‘provando’ que as palavras foram faladas como foram reportadas. Nem estou alegando que quando as palavras reportadas não foram de fato proferidas, o repórter esteja mentindo ou intencionalmente deturpando o que foi dito. Antes, o ponto é que o espírito da elocução, sua natureza e força são fundamentalmente transformados quando o objeto de crítica está presente em vez de ausente (Tannen, 1989, p. 109-10).

Talvez um dos motivos do lamento de Kupfer e de jornalistas em geral resida na subdeterminação do significado pelo significante (Salomão, 1997), que apenas guia a construção do sentido, não o portando, nos termos de Fauconnier (1994, p. xxii). Comprovadamente precário, o significante é apenas uma pista para a produção do sentido, cujo processo ocorre através de operações cognitivas altamente complexas e subjacentes ao uso da gramática do dia-a-dia. Segundo Salomão (1997, p. 26), o processo de significação é uma “construção mental produzida pelos sujeitos cognitivos no curso da interação comunicativa”. Para completar o processo de produção

de sentido, a semiótica lingüística clássica, voltada para a tradição grafocêntrica, completa-se com outros tipos de semiótica, que se configuram em informações como sinais paralingüísticos, aspectos socio-culturais e corporais; enfim, tudo o que o contexto pragmático pode fornecer além da expressão gramatical e da lexical.

Se, por essas razões, o discurso original se altera à medida que os contextos se modificam, como se manter mais próximo possível desse discurso sem que haja futuros problemas com as fontes de informação? A tarefa rotineiramente vivida pelos jornalistas não é simples. Que a nova moldura discursiva altera o sentido primeiro é certo. Uma entrevista gravada nunca é a mesma que a entrevista editada, seja ela replicada oralmente ou retextualizada em linguagem escrita. Os cortes alteram as dimensões do contexto original. E isso é preciso ser admitido. Ser imparcial não é camuflar a imparcialidade. Para não ser taxativo, é ter em mente que somos quase sempre parciais.

Há um alvoroço em torno da procura da verdade dos fatos como se o ser humano fosse capaz de atingir um nível de objetividade tamanha que o autorizasse a apontar diretamente para as coisas do mundo e como se a plenitude dos eventos possa sempre emergir discursivamente. “Nossos órgãos sensoriais são um instrumento ruim, que não nos permitem ter acesso à realidade como é, e construímos instrumentos acreditando que eles nos darão acesso à realidade como ela é”, afirma Maturana (2001, p. 44). Portanto, o jornalista, narrador do cotidiano, pode aspirar ao título de doutor em verossimilhança, mas não em verdade. Ao ministrar uma de suas conferências, Maturana (2001, p. 75) diz:

O que vocês escutam do que digo tem a ver com vocês e não comigo. Eu sou maravilhosamente irresponsável sobre o que vocês escutam, mas sou totalmente responsável sobre o que digo.

### **3. A metáfora da comunicação: bases experienciais**

A crença cotidiana de que conseguimos transportar idéias e sentimentos através da linguagem surge muito por conta da difundida Metáfora do Conduto (Reddy, 2000), segundo a qual somos capazes de “empacotar” sentidos em palavras, transferindo-os através do

conduto da linguagem e destinando-os a um ouvinte, que precisa “desembrulhar” o pacote de sentidos para entender a mensagem. Essa noção está embutida no próprio nome que tradicionalmente se dá ao ato de se falar o que alguém já falou: discurso reportado. Se se (re)porta um discurso, porta-o ou carrega-o até algum lugar. Entretanto, isso só pode ser levado em consideração em termos metafóricos. Não portamos discurso, mas o reconstruímos.

Quando alguém fracassa em um ato de comunicação, diz-se, por exemplo:

1) Tente passar melhor seus pensamentos.

2) Nenhum dos sentimentos de Cláudia chegou até mim com clareza.

3) Você ainda não me deu nem uma idéia do que você quer dizer.

Se ocorrem expressões como (1), (2) e (3) no dia-a-dia, existe fortemente disseminada entre nós, de modo consciente ou inconsciente, a idéia de que linguagem transfere pensamentos e sentimentos humanos. Nessa concepção, o sentido está nas palavras, pronto e acabado. A Metáfora do Conduto, produtiva mas equivocada, também sustentou, no passado, o pensamento estrutural de teóricos da comunicação e também de lingüistas que sempre apostaram na máxima de que linguagem é o canal que transmite a mensagem. Segundo eles, a comunicação é a informação transmitida de um ponto a outro (lugar ou pessoa), do emissor para o receptor. Tal transferência se dá pela mensagem codificada em signos estabelecidos por convenção sistemática. Então, de acordo com essa visão tradicional, fomentada por um embuste metafórico, o sistema comporta estes elementos:

- código: sinais específicos e conjunto de regras de combinações próprias; no caso das línguas naturais, o código é constituído de morfemas, fonemas, itens lexicais e pelas regras de combinação entre esses elementos;

- canal: suporte físico da transmissão da mensagem;

- emissor: também chamado de codificador, é fonte da mensagem;

- receptor: quem decodifica a mensagem.

Lakoff e Johnson (2002, p. 67-8) afirmam: “De fato entendemos que nenhuma metáfora pode ser compreendida ou até mesmo repre-

sentada de forma adequada, independentemente de sua base experiencial". É provável que a base experiencial da Metáfora do Conduto esteja atrelada ao modo pelo qual a fonética descreve física e fisiologicamente produção, transmissão e percepção da fala. Segundo Cagliari (1981, p. 5), a partir de uma programação neurofisiológica, a qual exige um conjunto de contrações e distensões musculares e que provoca movimentos dos órgãos do corpo humano, ocorre a produção de sons da fala. Estes se propagam pelo ar em ondas de energia acústica e são transformados, pelo ouvido, em energia mecânica, por meio de vibrações do tímpano e dos três pequenos ossos que ligam o tímpano à cóclea. Tais vibrações se tornam variações de pressão hidráulica dentro da cóclea, convertendo-se, posteriormente, em impulsos neurológicos transmitidos pelos nervos ao cérebro. Já que as ondas sonoras partem de uma extremidade em direção à outra, de forma similar ao sopro que penetra no bocal de um instrumento musical, como a corneta, até sua campânula, toma-se esse percurso como um conduto.

De acordo com essa perspectiva, o discurso reportado poderia, então, ser compreendido como reprodução fiel, visto que a mensagem segue, autonomamente, de um ponto a outro, através da linguagem, que seria apenas um canal físico de transmissão da mensagem. Nesse deslocamento, os ruídos ocorrem, mas são incipientemente discutidos. Tudo isso não passa de uma tentativa estrutural de se compreender a linguagem, o que tem reverberações no pensamento lógico. Os lógicos estabelecem uma correspondência direta entre mundo e linguagem, o que fez a semântica formal desconsiderar o sujeito. A Metáfora do Conduto nos faz crer na irrelevância desse sujeito, pois o conduto é suficiente para transmitir a mensagem. Exemplos como "*A neve é branca' é verdadeiro se e somente se a neve é branca*", de Tarski (1944), ilustram a ligação entre verdade e realidade, demonstrando que, para saber o significado de uma sentença, é necessário testar suas condições de verdade. O significado é tratado como coisa. Dessa forma, ele pode ser transmitido através do conduto sem grandes dificuldades.

Se, por outro lado, passamos a admitir a existência de um sujeito intermediando a relação entre mundo e linguagem, não só a abor-

dagem estrutural se mostra insuficiente, mas torna-se necessária a caracterização desse sujeito. Chomsky (1978) apresenta a primeira idealização de sujeito para a Lingüística, que trata do falante/ouvinte ideal na comunidade homogênea de discurso. Fillmore, por sua vez, propõe a segunda idealização, a do falante/ouvinte inocente, que conhece morfemas de sua língua e seus significados, reconhece as estruturas gramaticais e os processos dos quais esses morfemas tomam parte e conhece a importância semântica de cada um deles. Como um decodificador ou ouvinte, o usuário inocente das línguas calcula o significado de cada sentença a partir do que ele sabe sobre as partes da sentença e sua organização.

[...] Como um codificador ou falante, o usuário inocente da língua decide o que seus interlocutores gostariam de fazer, sentir, acreditar e constrói uma mensagem que expressa aquela decisão tão diretamente quanto possível. Não existem camadas de inferência entre o que é dito e o que se quer dizer (1979, p. 2) .

Ou seja: o falante/ouvinte inocente determina o significado das sentenças e das palavras composicionalmente, combinando suas partes de modo literal e estabelecendo um cálculo cartesiano. Portanto, ele é incapaz de processar metáforas, metonímias, expressões idiomáticas e fórmulas situacionais, as quais exigem um cálculo construcional do significado, em uma perspectiva holística.

Adaptando as crenças do falante/ouvinte inocente às considerações específicas em torno da Metáfora do Conduto, vemos que a figura do inocente é aquela que toma linguagem e conduto como coisas iguais e não é capaz de perceber isso. Essa capacidade de tomar uma coisa pela outra não chega a ser correspondência metafórica, mas igualdade mesmo, porque o inocente não faz projeções conceptuais. Como acredita que o sentido está nas palavras, logo crê que é possível empacotar a significação nas palavras para enviá-las ao interlocutor.

Nós, falantes/ouvintes não-idealizados, tomamos a linguagem como conduto ao usarmos expressões como "*Ela colocou palavras em minha boca*", mas somos capazes, como Reddy (1979), de desconstruir essa metáfora. Essa construção/desconstrução é autorizada por nossa

capacidade cognitiva de projetar conceptualmente domínios entre si. Eu digo projetar, não digo tornar igual. O falante/ouvinte inocente toma conduto e linguagem como iguais. Nós projetamos o domínio da linguagem no domínio do conduto, o que significa dizer que alguns, e apenas alguns, elementos de um domínio são projetados em outro. Não há retratismo. Dessa forma, como falantes/ouvintes reais, podemos transitar entre noções de que linguagem e conduto são iguais, similares ou diferentes, consciente ou inconscientemente.

Por tudo isso, a simplicidade deste desenho ilustra a precariedade de se considerar linguagem conduto:

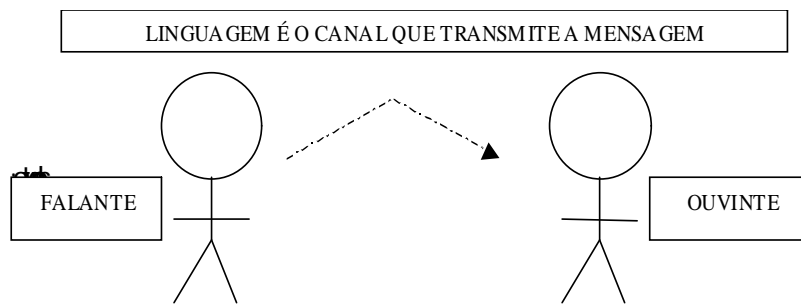


Fig. 1 – Linguagem como conduto

Se tudo fosse tão simples assim, não haveria mal-entendidos, enganos, enfim, conflitos de enquadramento. Não teríamos necessidade de discutir problemas de linguagem. Sabemos, ao contrário, que, para interagir, é necessária muita negociação, principalmente em momentos de controvérsia. Quantos conflitos de enquadramentos não ocorrem em sala de aula quando um professor explica a matéria e os alunos a entendem de outra forma? Portanto, não há como transferir conhecimento, idéia ou sentimento. O máximo que podemos fazer é sinalizar aquilo que será reconstruído pelo interlocutor. A produção de significação, com fins ao entendimento, presume ação do sujeito, processualidade e trabalho, segundo afirma Salomão (informação verbal)<sup>1</sup>. É o que também destaca Reddy:

[...]de fato, não há cultura em livros ou biblioteca, a menos que

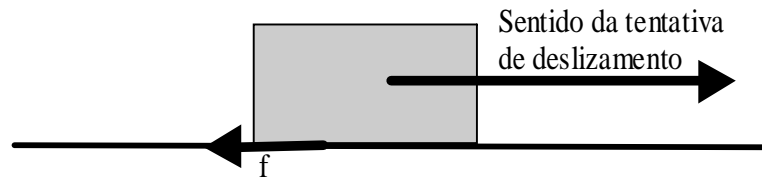


seja reconstruída com cuidado e afincado nos cérebros vivos de cada nova geração. Tudo o que está preservado em bibliotecas é a mera oportunidade de se fazer essa reconstrução. Porém, se as habilidades lingüísticas e o hábito de se engajar na reconstrução não são preservados de modo semelhante, então não haverá cultura, não importa quão grandes e completas as bibliotecas possam vir a ser. Não preservamos idéias ao construir bibliotecas e gravar vozes. A única forma de se preservar cultura é treinar as pessoas para que a reconstruam, que 'façam crescer novamente', conforme a palavra 'cultura' em si já sugere, no único lugar em que ela pode crescer - dentro de nós (2000, p. 32).

A noção de reconstrução é primordial na medida em que tratamos especificamente de discurso reportado. Nota-se que a desconstrução do equívoco da Metáfora do Conduto sustenta ainda mais o fato de que discurso reportado não é reprodução fiel ou cópia. Há quem diga, como Tannen (1989, p. 105), que o discurso reportado não é reportado, mas criativamente construído pelo falante corrente em uma situação corrente. Se tomarmos a linguagem realmente como um conduto, teríamos conexão perfeita entre cognições individualmente distintas. O que o falante emite seria fielmente captado pelo ouvinte de modo inequívoco. Mas não é o que ocorre na prática.

Esses aspectos evidenciam mais uma vez a insuficiência da forma para a produção do sentido. Dessa maneira, tentar recuperar a exatidão de teorias como as de Freud, por exemplo, é sempre tão complicado quanto recuperar qualquer discurso, seja ele escrito ou falado, enunciado. "Um corpo que se desloca acaba por perder aceleração em decorrência da ação do atrito" pode ser tomado, figurativamente, como uma idéia reportada que perde a exatidão em decorrência do fator contextual, peça-chave para a construção do sentido.

Em Física, os estudos esclarecem que, ao tentarmos deslizar um corpo sobre uma superfície, o movimento será dificultado pelo contato entre o corpo e a superfície em função do atrito, força que tem sentido contrário ao movimento e é paralela à superfície. Veja a ilustração do livro *Fundamentos de Física - Mecânica*, de Halliday, Resnick e Walker (1996):



$f$  = força de atrito que se opõe à tentativa de deslizamento do corpo sobre uma superfície

Fig. 2 – Ilustração Força de Atrito

A força de atrito retarda o movimento, fazendo o objeto parar. Por outro lado, se o atrito fosse eliminado, não poderíamos caminhar, andar de bicicleta, tocar violino ou digitar uma tese. Enfim, a força de atrito é, geralmente, inevitável entre dois corpos em contato. Pode ser o que ocorra no ato de reportar discursos. No caso das apurações jornalísticas para a redação de matérias, possivelmente pode-se considerar que essa força contrária ao movimento atue, pelo menos, em três momentos: durante a captação de informações via entrevistas e leitura de publicações em geral; no momento da redação da reportagem; na leitura posterior do texto. Nessas etapas, podem ser produzidas reconstruções aproximadas do que se está reportando ou até mesmo distorções e mal-entendidos.

E quais seriam as forças efetivamente contrárias ao deslocamento do discurso? Trata-se apenas de postura editorial do jornalista o fato de haver informações tendenciosas e também distorcidas em jornais e revistas? Desconsiderando-se o interesse jornalístico claro em manipular informações de modo calculado, é importante relevar que, além das considerações em torno de alteração de contexto do enunciado no discurso reportado, o fato de o discurso sempre se alterar após ser “deslocado” pode depender, por exemplo, de Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs - domínios cognitivos relativamente estáveis, culturalmente compartilhados), o que se configuraria como “força de atrito”. Segundo Fauconnier (1997, 1994), os fatores que determinam os MCIs são psicológicos, culturais, ligados à experiência. Um repórter, por exemplo, pode não ter estruturado bem

certo MCI e, no dia a dia acelerado das redações, precisa escrever sobre o que não está tão bem inteirado, podendo, talvez, ser incompleto na redação do texto que reporta a fala alheia.

Por sua vez, Buttny (1998) acrescenta que três sentidos de contexto podem ser distinguidos: (a) o das palavras originais proferidas no “contexto original”; (b) o contexto oferecido por quem está reportando o discurso para situar o discurso reportado, “o contexto do mundo da história”; (c) o contexto de interação presente de quem está reportando o discurso na conversa com interlocutor(es), “o contexto em que se está reportando”. Tudo isso impossibilitaria a reprodução exata daquilo que está sendo reportado, permitindo que se pense numa nova configuração de realidade discursiva em função do que interfere no ato de reportar durante a interlocução.

Para o autor, o contexto tem que ser visto mais do que envolvendo informações de fundo ao se fazer uma narrativa. Ele é continuamente orientado pelos participantes, o que também pode propiciar interpretações diferenciadas ou inferências novas durante a atualização de fatos através de narrativas. O lingüista diz ainda que o discurso reportado parece ser reservado para capturar as partes mais cruciais e interessantes de uma narrativa; isto talvez seja porque o discurso reportado, especialmente o direto, aproxime-se mais do que foi dito ou feito.

#### **4. Discurso reconstruído em vez de reportado**

Visto que jornais trabalham sobretudo com fatos e informações que são vendidos, nada mais conveniente para eles do que “capturar”, a partir de entrevistas e apurações de material informativo, aquilo que despertaria mais interesse nos leitores. Dessa forma, o recurso do discurso reportado sugere proximidade com os fatos reais, sendo uma estratégia altamente explícita de *proteção de face*. Afinal, muitas vezes, o jornalista usa expressões como “Ele disse que...” para introduzir a fala da fonte, ou seja, considera-se que não é o jornalista quem está afirmando, é o outro. Goffman (1983, p. 76-7) trabalha com o conceito de *face* como imagem socialmente construída, ou mais precisamente: “Valor social positivo que uma pessoa efetiva-

mente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico". No caso de jornalistas, a *face* que eles reivindicam se relaciona com a busca de neutralidade; um truísmo, na verdade.

A partir de toda essa visão, verifica-se que mesmo o discurso literalmente reportado não tem igual carga semântica e pragmática do discurso original. Na verdade, reportar discursos é uma estratégia gramatical de recriação do que foi dito ou escrito. O discurso reportado deve ser tratado como reconstrução, opondo-se ao tratamento clássico da semântica verificacionista, o qual testa as condições de verdade de uma enunciação, tendo raízes na Lógica. Quando se analisa um fenômeno lingüístico sob o prisma cognitivo, questões envolvendo valor-verdade caem por terra, visto que a teoria cognitivista trata de projeções entre domínios conceituais, que não têm a ver com verificação de realidade, mas com nível mental.

Modernos trabalhos em Lingüística Cognitiva têm se concentrado nas *construções gramaticais*, nos termos de Goldberg (1995). Segundo a autora, ocorre um pareamento entre forma e significado, que, de certa forma, atrela um a outro. Com isso, no caso de mudança vocabular ou de alteração sintática do discurso original para o reportado, surgiriam mais fatores de "atrito". Estamos diante de mais uma evidência que reafirma a idéia de que discurso reportado merece ser tratado como reconstrução. Assim caracterizado, não corre o risco de ser tomado como reprodução fiel, que praticamente não existe em linguagem.

Mesmo o discurso direto especificamente (e. g. "*Palocci desabafa: 'Chega de intrigas, me deixem trabalhar'* ") também deveria ser visto como reconstrução, não como reprodução da fala espontânea. Isso pode ser confirmado a partir de Marcuschi (1998, p. 9), que diz não existir *a melhor* transcrição de fala para análise de conversações. "Todas são mais ou menos boas. O essencial é que o analista saiba quais os seus objetivos e não deixe de assinalar o que lhe convém." Embora o autor não se aprofunde nas razões desse comentário, o que também não é o objetivo da publicação, isso demonstra que nem a transcrição científica das falas está livre da "força de atrito". O analista conversa-

cional assinala o que “lhe convém” para realizar o estudo, editando dados a partir de interesses científicos específicos. Os jornalistas, que diariamente reportam o discurso de terceiros, fazem o mesmo, selecionam informações e opiniões, só que sem o rigor científico, que também, como se percebe, não garante neutralidade absoluta.

Tannen (1989, p. 99) cita Kristeva que, parafraseando Bakhtin, diz: “Qualquer texto é construído como um mosaico de citações; qualquer texto é absorção e transformação de outro”. Essa seqüência de *apuds* ilustra bem o que Bakhtin (2000) quis dizer. Um autor representa o que o outro diz e assim sucessivamente, como ocorre com falantes e redatores. Como já foi comprovado, não há fórmula perfeita que permita resgatar palavras e pensamentos com exatidão pura, em virtude dos contextos de enunciação que disparam processos de inferenciação diferenciados. No entanto, a precariedade das palavras, como uma camisa-de-força, mostra-nos que há uma base para a construção do sentido. Se ela não existisse, o ato comunicativo seria caótico.

A tentativa para obtenção de fidelidade, pelo menos parcial, ao pensamento alheio talvez passe mais pela busca do sentido do que foi dito, não pela reprodução somente. É necessário avaliar muito detidamente o impacto que o ato de reportar pode provocar na sociedade. Nesse aspecto, entrariam questões éticas, que deveriam ser tratadas como rotina, não só em ambientes profissionais, mas nas conversas do dia a dia. Não há ingenuidade no ato de reportar o discurso alheio. Se o falante se presta a esse papel, é porque tem interesse nessa atitude. Cabe a ele tentar ser fiel ou não às palavras alheias. O poder de manipulá-las estará sempre garantido.

Na seção em que fala sobre críticas reportadas na conversação, Tannen (1989, p. 106) cita um provérbio árabe, que diz: “Alguém que repete um insulto é aquele que está insultando você”. Ela acrescenta que os sujeitos reportados podem ser tratados sem consideração porque eles não existem mais no contexto. “Nos contextos nos quais estão ausentes, não são percebidos como pessoas, isto é, não são percebidos como potencialmente afetados pelos atos daquele contexto” (Tannen, 1989, p. 109).

Isso é um alerta para jornalistas. Reportar críticas negativas a alguém que está ausente sem verificar, pelo menos, a versão de quem é criticado torna-se antiético. Por essa razão, deve ser considerada lei nos veículos de imprensa ponderar sempre os dois lados questão. O ato de reportar o discurso alheio por si só configura uma responsabilidade, independentemente do molde lingüístico a ser selecionado (direto ou indireto). Num ato que não tem a ver com passividade, o repórter que resolve publicar determinada declaração já demonstra interesse por determinada fatia do discurso de terceiros.

Em geral, o discurso reportado subfocaliza a voz do narrador para focalizar, por conseguinte, a voz reportada. Assim, o sujeito discursivo permanece subentendido. Quanto mais ele tenta se afastar da narrativa, como se fosse um mero indicador de falas, mais objetividade sinaliza. Dessa forma, sugere neutralidade. Entretanto, ele não é neutro. Apenas, por questões de estratégias discursivas, retira-se do foco central ao evidenciar a voz do outro, que, para ser emitida, passa pelo “filtro” cognitivo de quem a reporta.

### Nota

1. Fornecido durante a conferência *Verdade ou entendimento: dilemas da significação*, ministrada no Simpósio *Literatura, Lingüística e Filosofia: questões de linguagem e estética*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFJF, 2003.

### Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3 ed. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BUTTNY, R. Putting prior talk into context: reported speech and the reporting context. In: *Research on language and social interaction*. Department of Speech Communication Syracuse University : Lawrence Erlbaum Associates, 1998, p. 45-58.
- CAGLIARI, L. C. *Elementos de fonética do português brasileiro*. 1981. 185f. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- CHOMSKY, N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2d. Tradução de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Armênio Amado, 1978.
- FAUCONNIER, G. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

## Comunicação e Cognição

- FAUCONNIER, G. *Mappings in language and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- FILLMORE, C. L. *Innocence: a second idealization for Linguistics*. Califórnia, EUA, 1979. 14f. Mimeografado.
- GOFFMAN, E. A elaboração da face. In: FIGUEIRA, S. (org). In: *Psicanálise e Ciências Sociais*. Tradução de J. Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 76-114.
- GOLDBERG, A. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. *Fundamentos de Física I; mecânica*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução do Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora (GEIM), coord. Mara Sophia Zanotto e tradução de Vera Maluf. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1998.
- MATOS-ROCHA, L. F. *A construção da mimesis no reality show: uma abordagem sociocognitivista para o discurso reportado*. 2004. 254 f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2004.
- MATOS-ROCHA, L. F. Processos cognitivos de mesclagem no discurso reportado: o caso do discurso direto em textos jornalísticos escritos. *Veredas; revista de estudos lingüísticos*. Juiz de Fora, v. 4, n. 2 – jul/dez - 2001.
- MATURANA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Organização e tradução de Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- KUPFER, M. C. *Freud e a Educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 1989.
- REDDY, M. A metáfora do conduto: um caso de conflito de enquadramento na nossa linguagem sobre a linguagem. Tradução de Ilesca Holsbach, Fabiano B. Gonçalves, Marcela Migliavacca e Pedro M. Garcez. In: *Cadernos de Tradução*, UFRGS, Porto Alegre, nº 9, p. 5-47, jan-mar, 2000 [1979].
- SALOMÃO, M. M. M. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sociocognitiva sobre a linguagem. *Veredas; revista de estudos lingüísticos*. Juiz de Fora, 1, 1, 23-39, Julho/Dezembro, 1997.
- TANNEN, D. *Talking voices*. New York : Cambridge University Press, 1989.
- TARSKI, A. The semantic conception of truth. In: *Philosophy and Phenomenological research*. vol. 4. p. 341-375, 1944.

- Inquiry into the traditional notions of the reported discourse, which is configured as an available linguistic repertoire for the reconstruction of someone else's speech, as the daily journalistic practice. The construc-

Luis Fernando Matos Rocha

tions of the reported discourse recreate instead of reproducing the voice of the sources of information for cognitive and pragmatic reasons.

> Reported Discourse - Communication - Cognition